

**ABERTURA**



## **Presidente do Conselho Nacional de Educação**

### **Teresa Ambrósio**

Queria começar por cumprimentar e agradecer a presença da Senhora Secretária de Estado da Educação. Queria agradecer também à Senhora Presidente do Instituto de Inovação Educacional, com cuja instituição a que preside fazemos este Seminário.

Queria agradecer ainda a presença de todos os convidados, e fazer notar que é para nós uma grande satisfação verificar que existe um elevado interesse sobre esta matéria, manifestado pelos muitos participantes, o que nos levou a ter que, à última da hora, organizar mais espaços através da rede de televisão interna.

Não posso deixar também de agradecer desde já o apoio de todos os Serviços que organizaram este Seminário, quer pelo lado do Instituto de Inovação Educacional, quer pelo lado do Conselho Nacional de Educação.

Cabe-me dizer apenas umas palavras muito breves para explicar e sublinhar a razão de ser deste Seminário aqui no Conselho, uma vez que sabemos que têm existido, felizmente, muitas outras ocasiões onde estes projectos inovadores têm vindo a ser analisados.

Mas o Conselho desejaria, de acordo com aquilo que são as suas funções, contribuir para uma divulgação correcta e informada sobre as acções positivas e de carácter educativo que estão neste momento a ser realizadas no terreno, e que são actividades positivas em relação à mudança que se deseja na educação, e à melhoria da qualidade desta. Contribuir portanto para uma divulgação informada do Programa "Boa Esperança", mas também tentar proporcionar um debate público esclarecido, são os objectivos deste Seminário. Através desse debate gostaríamos de ajudar a promover uma participação efectiva, não apenas

das pessoas que estão directamente nos programas, mas daquelas outras que são chamadas também a participar e a multiplicar em rede estes projectos.

Esta informação e este debate, são os eixos condutores das actividades do CNE, procurando ter sempre presente o desenvolvimento de uma política educativa, com base na democracia participativa. Como órgão moderador que somos, é esta a tarefa que, empenhadamente, procuramos cumprir.

O Programa "Boa Esperança" aparece-nos assim como algo que tenta responder a problemas muito complexos da actual situação do ensino. Todos dizemos que há crises, que estamos em crise, que as situações são difíceis. Mas é uma situação que se compreende, pois, por um lado, existe ainda no sistema educativo uma ordem, uma estrutura, uma segurança, devida a regras instituídas, e por outro lado, há desafios, desequilíbrios, ainda imprevisíveis. Mas esta desordem é também criativa e teremos de saber viver com ela, não inibindo as energias de mudança que representam, e saber viver num clima de incerteza do futuro que não dominamos.

Mas a verdade é que tudo está mudando, estão mudando os contextos das nossas escolas, estão mudando as mentalidades, os interesses, as aspirações dos pais, dos professores, dos empresários, enfim de inúmeros grupos sociais. E não é suficientemente sublinhado, nem pelos grupos, nem pelos actores educativos, nem pelos parceiros sociais, nem pela comunicação social muitas vezes, uma dinâmica local muitíssimo grande! Grupos muito interessados, com grande capacidade de realização; actores capazes de promover a inovação, a mudança e a qualidade. E é por isso que aparecem estes projectos inovadores. E é por isso que neles reside a esperança. A esperança da mudança, de uma mudança consistente da educação, que é mais do que o ensino, transmissão de conhecimentos, exames. É ensino, mas também estas questões que conhecemos mal, como os novos saberes, as novas competências, os novos valores, os novos comportamentos, os elos entre

educação e formação. O que vemos através dos projectos do Programa "Boa Esperança" que vem do terreno e sobre os quais os responsáveis da decisão política devem reflectir, dar apoio, reequacionar medidas, reconstruir a nova política educativa.

O CNE gostaria de ser um lugar de debate público, e talvez dele forjar as decisões participadas. Todos nós sabemos que já não é nos foros científicos, nem nos foros técnicos, que os decisores políticos se podem apoiar para tomarem as suas decisões políticas. É na base da negociação, da procura de acordos, de uma reflexão participada, que realmente podem surgir as orientações para fazer face a esta crise histórica que vivemos na Educação.

Senhora Secretária de Estado, agradeço-lhe imenso a sua presença. Porque a sua presença para nós é certeza de que este Seminário é também um bom contributo, e para que este Programa seja um programa de grande esperança. Agradeço a todos, e passaria a palavra à Senhora Dra. Maria Emília Brederode, responsável deste Programa dependente do Instituto de Inovação Educacional a que preside.

Muito obrigada.



## **Presidente do Instituto de Inovação Educacional**

### **Maria Emília Brederode Santos**

Muito bom dia a todos. Gostava de saudar a Senhora Secretária de Estado da Educação, Prof.<sup>a</sup> Ana Benavente, que esteve na origem do Programa "Boa Esperança" e que o tem acompanhado sempre de muito perto, e de saudar a Senhora Presidente do Conselho Nacional de Educação, Prof.<sup>a</sup> Teresa Ambrósio e dizer-lhe que tivemos muito gosto em aceitar este convite do CNE para falar sobre estratégias de apoio à inovação educacional, e em especial sobre o IIE e sobre o "Boa Esperança". Aliás, para mim é um prazer regressar ao CNE do qual já fui membro, a seu convite.

Como vou falar na próxima sessão com a Dr.<sup>a</sup> Filomena Matos que é a Coordenadora Nacional do "Boa Esperança", aqui queria só anunciar os tópicos, a estrutura do que vou dizer a seguir.

E gostava de começar por referir uma imagem que muitas vezes é evocada para defender a necessidade de promoção da inovação: quando o vento sopra muito forte há pessoas que fazem muros para se proteger, e há outras que fazem barcos à vela e moinhos de vento... Claro que a ideia é defender as segundas que serão os seres inovadores. Eu confesso que acho que esta imagem só aparentemente é que é iluminadora. Ao fim e ao cabo, ambas as atitudes são legítimas e são necessárias: de vez em quando é preciso aproveitar o vento, de facto, de uma forma inventiva e criativa, e rentabilizá-lo para outras funções, e às vezes até é preciso fazer vento, como quando precisamos de acender uma lareira...

Serve isto para dizer que tenho uma posição bastante eclética em relação à necessidade de mudança e de inovação. Também o "Boa Esperança" encara a inovação de uma maneira instrumental, como diz logo nos seus objectivos, quando afirma que é uma forma de promover e apoiar a inovação para melhorar a qualidade da educação para todos. Não vou

portanto problematizar a ideia de inovação, nem discutir essa noção de inovação como mudança deliberada, porque isso é uma questão tão complexa, com tantas posições possíveis, que nos levaria todo o dia a tratar e o que nos pedem é para falar sobre as diferentes estratégias de fomento e apoio à inovação desenvolvidas pelo Instituto de Inovação Educacional (IIE) e em especial pelo "Boa Esperança". Tentarei delinear duas estratégias mais ou menos extremas e de uma forma um bocado grosseira para as tornar mais claras: uma primeira estratégia, que pode ser corporizada no conhecido "decreto das experiências pedagógicas" ou na estratégia da reforma, que traduz uma visão mais centralizada, linear, racional, vertical, do centro para as escolas e em que o papel das escolas era o de aplicar um modelo uniforme. Testava-se num número limitado de escolas e depois, generalizava-se a todas, portanto, visava-se uma certa uniformidade. Uma segunda estratégia, digamos que oposta àquela, pode ser corporizada por exemplo no Sistema de Incentivos à Qualidade da Educação (SIQE) ou, antes do SIQE, no FACE, ou em muitos outros programas que nem são só de Educação. Em muitos outros Ministérios há outras instituições que têm programas semelhantes em que se reconhece o papel fundamental dos actores locais, em que se privilegia a interacção entre os actores sociais educativos a nível local, e portanto, que traduzem uma visão mais horizontal da inovação, o papel do Estado aparecendo como um papel de apoio a essa inovação, nomeadamente, de apoio financeiro e pouco mais, que é justamente para não haver interferências a outros níveis.

Veremos portanto, entre estes dois extremos, outras estratégias utilizadas pelo IIE, e as vantagens e inconvenientes de cada uma delas, e as razões de ser para as características que o "Boa Esperança" tomou, no qual podemos corporizar uma terceira estratégia de conceber a inovação e de apoiar a inovação. No "Boa Esperança" não há um modelo acabado a implementar, nem é um projecto exclusivamente local e temporalmente limitado. Quer dizer, vê-se a inovação como uma construção num vaivém entre as escolas e a investigação e a formação, uma realidade complexa,

como dizia há pouco a Prof.<sup>a</sup> Teresa Ambrósio, e contextualizada, mas onde apesar de tudo, é possível encontrar elementos que sejam transferíveis para outros contextos. Não é um modelo a generalizar, mas também gostaríamos que as inovações não fossem qualquer coisa que morresse ali, que tivesse um tempo e um local muito limitados. No "Boa Esperança" desejamos que certas práticas das escolas possam servir de inspiração para outros professores e para outras escolas que muitas vezes só precisam de ter um pouco de confiança para ousar fazer diferente. O "Boa Esperança" envolve também várias maneiras diferentes de apoiar a inovação, é um apoio diversificado, negociado, contratualizado, penso que disso falará depois mais em pormenor a Dr.<sup>a</sup> Filomena Matos. Consiste num apoio também financeiro mas não só, também científico e técnico, sobretudo num apoio facilitador do desenvolvimento e da disseminação das inovações e esse apoio é dado através de equipas regionais, através da criação e reforço de redes e de um elemento que não é habitualmente incluído como meio de apoiar as inovações que é a produção de materiais em que se visa o desenvolvimento da capacidade inovadora das escolas. Gostava de focar um bocadinho mais esta questão da produção de materiais de divulgação e de disseminação, como estratégia de apoio ao desenvolvimento da capacidade inovadora das escolas, porque, justamente, creio que é um aspecto menos conhecido, uma abordagem mais original e que, quase diria que é já um produto deste nosso trabalho com o "Boa Esperança".

Nós no IIE não temos tido por hábito anunciar o que é que se vai fazer e sim o que já se fez. E neste momento as coisas ainda não estão terminadas, mas já há coisas em número suficiente e com qualidade suficiente, para me sentir à vontade a falar nelas. Tem havido várias dimensões nesta tarefa de apoio à divulgação das práticas na comunicação social, na utilização dos órgãos próprios do IIE para divulgar as práticas ou na colaboração do IIE com a "Antena 1", por exemplo, a divulgar todos os meses uma prática diferente. Mas, para além disso e com mais interesse formativo, será de salientar a produção

de vídeos, de textos e de CD-ROMs, numa colaboração que tem sido muito intensa entre as práticas das escolas, a equipa central de coordenação do IIE, o Núcleo de Educação e Media e as equipas de produção.

Para além do reconhecimento, da satisfação que provoca nas práticas o sentirem-se reconhecidas, para além de se ficar com materiais para a disseminação noutras escolas e com outros professores, é o próprio processo de produção que tem sido muito interessante, porque para os professores comunicarem de forma acessível a elementos exteriores, muitas vezes até a elementos que são exteriores ao mundo da educação, (como muitos dos técnicos são), por exemplo, para conseguirem sintetizar em sete minutos (como o vídeo que vão ver à tarde) o que é a sua prática, (embora os vídeos não tenham uma função descritiva nem explicativa, é mais uma função motivadora e desencadeadora da discussão), é preciso fazer um esforço de síntese, é preciso tomar um grande recuo em relação à prática, é preciso reflectir sobre a prática. E isso é que me parece que, no fundo, sem ser propriamente deliberado, este processo de produção de materiais numa grande proximidade e com um grande vaivém entre as escolas e o IIE teve esse efeito formativo. Um efeito formativo que não foi só sobre as práticas e os práticos inovadores, mas também sobre o próprio IIE. Porque no IIE também se modificaram processos de trabalho num esforço para articular as exigências técnicas, as exigências pedagógicas e as exigências das linguagens de cada meio e também com a experimentação junto dos destinatários. No fundo, alterou-se a estrutura de apoio à coordenação do "Boa Esperança", e introduziu-se um processo que foi mutuamente formativo de apoio à inovação, e que me parece que é muito inovador em si mesmo.

E era só isto que eu queria sublinhar, no fundo, quando aceitámos vir aqui apresentar o "Boa Esperança". Foi um pouco com essa ideia de também alargar a reflexão e a discussão a todos os parceiros, como a Prof.<sup>a</sup> Teresa Ambrósio há pouco dizia.

Obrigada.

## **Secretária de Estado da Educação**

### **Ana Benavente**

Bom dia a todos. É também com muito gosto que aqui estou mais uma vez, e particularmente por se tratar deste tema.

A minha tentação é ocupar um pouco mais tempo do que o que foi previsto, porque este Programa traduz algumas apostas e alguns desafios que, penso, valeria a pena sublinhar.

Desde logo a natureza da escola. A Prof.<sup>a</sup> Teresa Ambrósio já fez uma referência à questão da instituição escolar, mas penso que muitas vezes isso não se explicita, e talvez o "Boa Esperança", desse ponto de vista, tenha esta preocupação de explicitar uma política de inovação. Há sempre políticas implícitas, como é evidente. Nós acreditamos que a escola tem que ser o lugar em que se constroem respostas para os problemas. A escola não é uma instituição burocrática de aplicação de normas, nem de reprodução de práticas. A escola tem que ser um lugar vivo, um lugar criativo, produtivo, em que há regras, naturalmente, há objectivos, há suportes, há constrangimentos, há dificuldades, mas tem que haver liberdade para que a profissão de professor seja realmente uma profissão criativa, desafiadora, interessante e rica.

O professor não é um funcionário público, naquele sentido tradicional de quem faz um trabalho repetitivo, não é um burocrata, é um educador, com tudo o que isso implica de criatividade, de liberdade. E sabemos que, mesmo quando essa liberdade é muito cerceada, ela está no centro daquilo que realmente faz a diferença da profissão de professor. E, portanto, há aqui uma concepção assumida, da natureza da escola como um lugar de produção de criatividade, e, assim, também de inovação.

Isto é importante sublinhar, porque as políticas, as políticas no sentido lato, políticas educativas, muitas vezes dificultam a vida a esta concepção

de escola, a esta prática de escola. Tem que haver, naturalmente, uma explicitação daquilo que é comum, e eu, mais à frente, falarei precisamente da reorganização curricular e da revisão curricular como uma definição de competências essenciais, de um currículo nacional, de objectivos por ano e por ciclo. Tem que haver parâmetros muito claros, para que depois se saiba onde é que estão os limites, e onde é que estão também as áreas em que se pode inovar; mas não como no passado.

Gosto muitas vezes de dar um exemplo, que acho marcante acerca do que foi a nossa história recente do 1.º ciclo, então escola primária: quando eu era miúda e quando os meus pais eram professores primários e havia um horário rígido em todas as escolas de todo o país. Nessa altura, estava previsto como uma das tarefas da inspecção, ver se os programas estavam a ser dados. E, para isso, havia uma concepção e uma imagem ideais, entre aspas, uma determinada concepção de uniformidade em que todas as escolas do país, no mesmo dia e à mesma hora, idealmente estariam a fazer a mesma coisa. Julgo que essa concepção felizmente pertence ao passado, todos sabemos que as escolas são todas diferentes, que o trabalho que se faz é diferente, por muita igualdade formal que se procure. E, portanto, aquilo que temos que assumir, é que tem que haver regras, objectivos, e tem que se assumir a diversidade como um valor. Porque é por caminhos diversos que se chega a uma construção de aprendizagens e de objectivos equivalentes e idênticos.

E as políticas educativas, ou dificultam a vida ou, pelo contrário, criam condições para que as escolas sejam estes lugares vivos. Não é de inovação permanente, não é de ausência de regras, não é de confusão em que vale tudo, não é isso. Mas têm que ser lugares vivos, porque só assim é que a escola é uma instituição social com a capacidade de responder aos desafios. Com todo o seu valor e com toda a sua dimensão de instituição social fundamental, enquanto instituição educativa, está no centro daquilo que de mais generoso, mais fundamental, uma sociedade democrática atribui como função a uma instituição.

E, portanto, sempre achei, e tive ocasião de o dizer de muitos pontos de vista, as políticas educativas, em geral, dificultavam a vida aos professores, às escolas e os projectos viviam sufocados. Às vezes havia um ou outro que era apoiado, mas quando esse apoio desaparecia, as políticas de enquadramento dificultavam a vida aos professores, aos inovadores, aos pioneiros. Os professores andavam sempre muito cansados, alimentavam projectos durante uns anos, mas depois não era possível aguentar esses projectos.

A nossa história, nos últimos 25 anos, foi uma história de projectos sucessivos, em que não é por acaso que nos encontramos sempre os mesmos. Estão aqui pessoas com as quais há 25 anos andamos nestes caminhos da inovação, mas o que é certo é que a inovação foi sempre vista como causa de professores militantes, professores que pertenciam a correntes pedagógicas, professores organizados em associações que tinham um determinado projecto inovador.

Penso que a inovação tem que ser outra coisa. E gostava de dizer isto sobre a natureza da inovação. A inovação não é um valor em si, há inovações positivas que encontram caminhos positivos, há outras que falham. O que tem é que haver condições de criatividade e de resposta aos problemas. A inovação não é a cereja em cima do bolo, não é qualquer coisa que vem a mais. A inovação tem que estar no centro daquilo que é a prática das escolas, daquilo que é a vida das escolas, porque quando falamos de projectos educativos adequados a uma comunidade, capazes de dar resposta a uma comunidade, não há, tirados a papel químico, projectos educativos iguais uns aos outros. Essa diferença é, precisamente, aquela inovação, aquela diversidade. Até mais do que inovação, porque muita dessa inovação não é nada nova. É nova para quem a faz pela primeira vez. Mas ela já é muito antiga, muito conhecida, muito consolidada, e até muito velha para outros grupos de pessoas, para outras pessoas. Há conquistas da pedagogia activa do século passado que ainda são ou poderão vir a ser inovações em muitas

das nossas escolas. E digo das nossas, porque estamos aqui nós, mas se formos para outros países, é rigorosamente a mesma situação. Portanto, a inovação é um conceito sempre muito relativo. É novo para quem faz as coisas pela primeira vez, e as faz de modo diferente. Mas, para outros, já esse tipo de prática ou esse modo de organização não são nada de novo.

Dito isto, sobre a natureza da inovação que tem que estar no centro da vida das escolas e da prática das comunidades educativas, gostava também de desdramatizar a ideia de inovação. Por vezes fala-se de inovação como se estivéssemos face a qualquer coisa de diferente do quotidiano da escola. Não tenho qualquer dúvida, e acho que nós não temos, que a escola, como um lugar de produção da educação, é sempre nova – basta virem jovens, basta a evolução da sociedade, os desafios que se colocam a todo o momento.

A "escola de amanhã" é um título de que se gosta muito. A escola de amanhã, se tivermos uma perspectiva optimista e positiva, é o melhor que temos na escola de hoje. Não é nada que a gente vá inventar e construir. É um pouco como a passagem de ano, o "Ano Novo". O ano é novo mas à meia noite e cinco minutos a realidade estava exactamente igual àquilo que era cinco minutos antes da meia noite. E, portanto, por muito que se fale de roturas, as roturas são geralmente mais no discurso do que propriamente na prática e na vida das instituições e das sociedades. Há é processos que se vão vivendo, e não tenho qualquer dúvida que temos nas escolas respostas para muitos dos problemas que nos afligem. Que nos afligem em educação, que nos afligem em sociedade, mas não é preciso inventá-las, numa mina qualquer de ideias criativas. Provavelmente, não seriam uma boa solução. É preciso ir descobri-las onde elas estão, e essas respostas estão nas escolas.

E aqui gostava de chegar a este Programa "Boa Esperança", que partiu da seguinte constatação, que nem sequer é muito original: as escolas são lugares com muitos problemas, com muitas dificuldades, mas com muito mais respostas e práticas positivas do que se pensa. É da experiência de

todos chegar a uma escola que não é conhecida, de que nunca se ouviu falar, e ficar admiradíssimo e seduzido por um trabalho de qualidade que ali é feito.

Trata-se, portanto, de valorizar aquilo que prefigura o futuro, e as boas respostas estão no lugar em que elas se constroem, a saber, nas escolas. Por outro lado, no nosso país, há muitos anos que, através de diversos programas, se procura responder a problemas específicos urgentes e novos, através de protocolos com os mais diversos serviços e Ministérios. Estou a pensar na questão do ambiente, da ciência e tecnologia. Estou a pensar no "Entreculturas", estou a pensar na educação sexual, e na educação para a saúde, estou a pensar nas novas tecnologias, programas que foram surgindo para responder a determinados problemas. Estou a pensar no Educação para Todos. Estou a pensar nos agrupamentos de escolas, nos territórios educativos, nas bibliotecas escolares, no enriquecimento de recursos e na concepção de que hoje uma escola não é apenas uma sala de aula com um quadro, é muito mais que isso, são outros espaços, são outras relações com o conhecimento e com o saber.

Se pensarmos na questão da cidadania, trata-se de um dos projectos que tem materiais produzidos, que não é nada de novo para quem o faz, que agora trilhou um caminho e mostra um caminho do qual ainda estão, ainda, afastadas muitas outras escolas. Portanto, nós temos uma riqueza no lugar certo e no único em que ela pode ser construída, nas escolas. É aí que se encontram grupos de professores pioneiros, de parcerias que se foram criando, adequadas aos contextos, e não podemos construir uma escola melhor, mais inteligente, mais rica, com maior qualidade, ignorando essa riqueza.

Foi esta a ideia do "Boa Esperança". Mais do que inventar outra coisa qualquer, vamos ver o que é que está bem feito no terreno e dar condições a esses grupos de professores e a essas escolas para poderem sistematizar o seu trabalho, produzir materiais e divulgar aquilo que fazem. A Dra. Maria Emília Brederode já referiu o aspecto da produção

de materiais, e acredito muito que os materiais têm uma função importante. Não são nenhuma varinha mágica. Aliás, varinhas mágicas não há, são sempre constituídas por uma multiplicidade de recursos, de vontades, de intenções, de trabalho colectivo. Mas os materiais são um suporte precioso, e muitas vezes nas nossas escolas e na nossa política desvalorizam-se os materiais. Um bom material pode ajudar um professor, que no começo se sentiria inseguro, a fazer um melhor trabalho. O material sozinho não faz nada, e um bom material pode ser desaproveitado, portanto, o material é um recurso. Agora, que esses recursos sejam produzidos, sejam disponibilizados, sejam enquadrados, pois entendo que ajudam muito.

Ontem falávamos, no Conselho da Formação Contínua, acerca de conceito de biblioteca mínima garantida. Mas era uma biblioteca mínima garantida neste sentido de recursos. Para cada tema, para cada área, para cada conjunto de problemas, haver alguns materiais que foram produzidos em condições idênticas, que resultaram de experiências, que podem inspirar, ser suporte, ajudar. Penso que é útil. Que é útil, porque dá confiança, mostra que é possível, mostra que há caminhos, e com certeza que ajuda a que as energias sejam investidas naquilo que é fundamental, e não em recomeçar sempre, como às vezes se diz, a inventar a água quente, ou a inventar aquilo que já foi inventado.

Claro que é sempre preciso recriar. É impossível passar um trabalho feito num contexto para outro contexto, e por muito que nós quiséssemos que grupos comesçassem mais à frente, as pessoas têm de reconstruir, têm que perceber, têm que ir outra vez ao fundo das coisas. É assim mesmo, e isso nós sabemos, e também nos dá uma certa humildade e modéstia diante das questões da inovação. Porque, por muito caminho que se ande, numas escolas ou nuns grupos, os outros não andaram. Portanto, vão ter que o refazer. Agora, como é que esse trabalho pode ser apoiado, como é que pode ser facilitado? Nomeadamente, através da existência de guiões de recursos, de contactos, de pôr em contacto quem já faz, quem sabe

onde é que se vai buscar a informação, com aqueles que ainda não fazem. Acho que há muito material que pode facilitar a vida aos grupos de professores, que lhes pode dar confiança e que lhes pode dar respostas construídas em determinados contextos, inspirando outras soluções e outras respostas.

Por outro lado, também não tenho dúvida nenhuma que uma das estratégias mais eficazes é ir ver aquilo que colegas que têm uma situação tão difícil, tão contraditória, tão problemática, mas também tão cheia de potencialidades quanto a nossa, fizeram. Acredito na distância crítica, no debate, na sistematização teórica, no aprofundamento, mas nada disso passará à prática se não houver aquela confiança de poder ver aquilo que outros fazem sem ser em condições ideais. E acho que esse aspecto tem falhado um pouco, do ponto de vista das políticas educativas, e é isso também que, com o "Boa Esperança", se procura incentivar. É preciso que as escolas que têm este trabalho o dêem a conhecer, e se constituam a elas próprias como recurso de outros grupos de professores, de outras comunidades educativas, de outras escolas e instituições, para que possam aproveitar do trabalho que foi feito.

Hoje em dia, depois destes anos todos, tenho a consciência e a convicção que na inovação pedagógica e na educação nada se perde. Às vezes lamentamos imenso por um projecto que acabou e não devia ter acabado, mas não faz mal, mais à frente as coisas vão aparecer outra vez. Se aquele caminho era positivo, ele vai aparecer outra vez. E, por outro lado, os projectos inovadores ficam sempre com quem os viveu. E quem os viveu é transformado, e estão aqui pessoas que sabem que é assim. Quem viveu um projecto inovador, quem o construiu e fez essa experiência, nunca mais se vai contentar com a rotina. E, portanto, onde estão esses grupos de professores que estiveram ligados a um projecto, quase fatalmente vão nascer outros projectos, pode ser noutra contexto, pode ser com outros objectivos, mas vão nascer outros projectos. Sou, por isso, bastante optimista. Mesmo quando não há políticas que facilitem e

apoiem a inovação, os projectos inovadores valem sempre a pena, porque são sempre formativos e formadores de quem os vive, e dão sempre esta confiança de que há caminhos possíveis, e que não vamos desistir diante de novos problemas e diante de novos desafios.

Dito isto, gostava apenas de concluir referindo que, como já também foi aqui afirmado, o "Boa Esperança" tem, deste ponto de vista, um carácter instrumental. Para que é que nós queremos valorizar, apoiar e dar a conhecer "boas práticas"? Para que nas escolas se trabalhe melhor, para que a vida educativa seja mais rica, e para que haja aprendizagens de maior qualidade. E, portanto, a inovação interessa-nos não em si mesma, mas naquilo que ela representa de transformação da vida das escolas e das práticas de aprendizagem.

E, por isso mesmo, estamos agora muito empenhados, com o Instituto de Inovação Educacional, com o Departamento da Educação Básica e com o Departamento do Ensino Secundário, em cruzar todo este contributo, toda esta história, toda esta riqueza que temos nas nossas escolas, com a reorganização curricular do ensino básico e com a revisão curricular do ensino secundário. Porque acreditamos que, com esta maior liberdade de gestão do currículo, com esta concepção de currículo, tudo aquilo que se vive numa escola faz parte, quer queiramos quer não, da formação e da educação de uns e de outros. As experiências, positivas e negativas, sejam dentro da sala de aula, sejam fora, são currículo. Neste sentido, fazem parte da educação dos jovens, fazem parte das suas experiências, fazem da parte da sua formação.

Neste contexto, com áreas como o Estudo Acompanhado, como a Área de Projecto, que passará a existir nos doze anos de escolaridade, integrando o horário de professores e de alunos, e com dois professores, tanto nos 2.º e 3.º ciclos do básico como no secundário, com estas áreas, abrem-se perspectivas para uma maior preocupação com a educação para a cidadania enquanto formação transdisciplinar e transversal, ao mesmo tempo que, com a Área da Formação Cívica, essa componente essencial

da formação dos alunos se torna ainda mais explícita. No ensino secundário, como já aqui foi dito num outro contexto, embora não haja um tempo de formação cívica, haverá orientações que estarão à disposição de todas as escolas, e que propõem e fazem sugestões de actividades não apenas nas disciplinas, mas também na própria Área de Projecto, que vai passar a existir em todo o ensino secundário, geral e tecnológico.

É assim, com a liberdade de gestão curricular, com a possibilidade, absolutamente decisiva, de cada escola elaborar o seu projecto educativo, que as escolas podem assumir que têm diferenças. Uma escola tem uma dimensão artística mais forte que outra, porque o grupo de professores, porque os projectos em que esteve envolvida, porque as suas competências e porque as necessidades daquele meio para isso contribuíram. Aquela escola tem aquelas características, que desenvolve, que assume, tem projectos nessa área mais desenvolvidos, mais ricos, aposta aí. Isto sem prejuízo de haver, evidentemente, ensino experimental para todos e um conjunto de objectivos e de características que têm que ser comuns.

Uma escola pode investir na área da formação cívica e outra na área das línguas. As escolas podem ter tónicas e características distintas. O importante é que tenha um projecto com identidade própria, adequado à população daquela escola, ao contexto, ao corpo docente e a toda a comunidade educativa que nela trabalha. E isto tanto para as escolas como para os agrupamentos de escolas, quando falamos de escolas pequenas ou de escolas de vários graus no ensino básico.

Trata-se, portanto, de um projecto educativo inteligente, este projecto educativo diverso, com objectivos comuns, com competências essenciais definidas, com um currículo nacional, mas com toda esta liberdade, para não ser aquilo que a história nos mostrou que às vezes é o projecto, uma coisa que se faz no início do ano, para dizer que está aqui, mas depois tem pouco a ver com as práticas. Para ser mais que uma formalidade que

se cumpre, então as escolas têm que ter mais recursos, mais apoio, para que, realmente, a elaboração de um projecto educativo corresponda a uma substância, a um trabalho, a características, a uma identidade de projecto que se traduza no seu dia a dia.

É por tudo isto que agradeço muito ao Conselho Nacional de Educação ter-se interessado pelo "Boa Esperança", e ter dado esta ocasião de alargar o debate sobre este Programa, que mais não é que uma mostra, uma valorização e, de certo modo, uma homenagem àquilo que de bem feito, de estruturado e de portador de futuro e de qualidade, já hoje em dia se faz nas nossas escolas.

Muitos mais projectos podiam ter sido seleccionados pelo "Boa Esperança". Foi uma discussão longa, se tinham que ser muitos, ou se íamos ser selectivos, e começar com alguns, para criar metodologia, para fazer história. Mas temos a consciência que daqui poderão nascer redes de trabalho entre escolas, porque as escolas têm uma riqueza muito maior do que aquela que se supõe, e essa riqueza, em geral, é bastante desvalorizada. Como sabem as escolas são geralmente mais mostradas pelos lados negativos e problemáticos, que também existem, do que pelos lados positivos. E pertence-nos, a nós todos, valorizar esses aspectos positivos, porque são esses que vão poder responder precisamente aos problemas sempre novos com que nos confrontamos.

Acreditamos que temos resposta, porque na história sempre a temos tido e temos hoje até melhores condições do ponto de vista intelectual, do ponto de vista físico, do ponto de vista material para responder a esses desafios. E as próprias novas tecnologias, bem utilizadas, podem ser um recurso fabuloso, não em si próprias uma vez mais, é um bocadinho como os materiais, não valem nada por si, valem como recurso e como possibilidade, com um intenção pedagógica, com um objectivo pedagógico, e integradas num projecto educativo.

Por tudo isto, gostava de agradecer esta ocasião e de desejar bom trabalho ao longo do dia, sem prejuízo de, com certeza, irmos ouvir falar muito do "Boa Esperança", porque é uma boa parte da riqueza que temos para pôr à disposição de todas as escolas, para esta reorganização e revisão curricular serem realmente uma ocasião de trabalhar com mais criatividade e, portanto, com mais satisfação profissional, e também com maior qualidade de aprendizagens.

